

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Adiado, de novo, texto da reforma tributária..... 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores querem Fundo Constitucional..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Carf admite dedução de multas não tributárias do IRPJ..... 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Fraude gera prejuízo de R\$ 288 mil..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Ministério quer acabar com repasses do FAT à Previdência..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previc tenta facilitar aportes de fundações..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - SUMMIT SAÚDE E BEM ESTAR 2023
SEGURIDADE SOCIAL

Empresas também podem ajudar a promover bem-estar..... 11

VALOR ONLINE - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

FMI vê aumento da dívida bruta brasileira neste ano, para 88,1% do PIB, e novas altas nos 5
anos seguintes..... 12

PORTAL UOL - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Saque-aniversário do FGTS pode sofrer mudanças? Veja regras em discussão..... 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

É preciso aprovar as medidas econômicas (Editorial)..... 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Emendas apresentadas no Senado ampliam exceções, mostra estudo..... 15

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: conselho dos estados será apenas operacional..... 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governadores querem divisão dos recursos do Fundo pela população..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Relator da reforma tributária deve apresentar parecer em duas semanas..... 19

FOLHA ONLINE - SP
REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária e as leis de incentivo à cultura (Tendências Debates)..... 20

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma Tributária: relator recebe centenas de emendas e vai propor trava para impedir
aumento do peso dos impostos 21

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Dólar ultrapassa os mil pesos em nova crise na Argentina..... 23

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Super-ricos: taxaço será votada na próxima semana..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Projeto das offshores pode ser votado no dia 17..... 25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI vê desaceleração e crescimento frágil..... 27

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

FMI eleva projeção de crescimento do Brasil de 2,1% para 3,1% este ano..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Emergentes cobram maior volume de créditos..... 30

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Dólar cai 1,44%, a R\$ 5,05, com alívio no exterior..... 31

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Mubadala planeja destinar R\$ 5 bilhões por ano ao Brasil..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Renda disponível das famílias aumenta e sustenta a atividade..... 33

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

A economia global está claudicante (Artigo)..... 35

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Para BC, cena externa está mais desafiadora..... 37

Adiado, de novo, texto da reforma tributária

edla lula

Prestes a apresentar o relatório sobre a **reforma tributária**, o senador Eduardo Braga (MDB-AM) está com muitas pendências a resolver na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 45/2019, que recebeu da Câmara, em agosto. Por isso, foi necessário alterar, mais uma vez, o cronograma de trabalho, transferindo, do dia 18 para o dia 24 deste mês, a data de apresentação do parecer.

Um consenso que enxerga entre as 388 emendas que recebeu ao texto, nesta terça-feira, é a criação do Comitê Gestor, em substituição ao Conselho Federativo. "A minha visão é que o conselho seja um órgão gestor e administrador, sem competências para iniciativas legislativas e sem competência para decidir sobre questões federativas", disse Braga, em conversa com jornalistas, após reunião com governadores do Sul do país.

Essas definições, segundo o senador, caberiam aos estados, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). "Estamos tirando a disputa política de dentro do Conselho Federativo. Acho, inclusive, que o nome "conselho" foi dado de forma equivocada para um órgão que apenas arrecada e distribui (os **impostos**)", acrescentou, adiantando que o nome do órgão será modificado em seu parecer.

Da maneira como saiu da Câmara, a PEC daria ao conselho poderes de governança, o que desagradou os chefes dos executivos estaduais. Agravou o fato de o relator da matéria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), ter acatado sugestão dos governadores do Sul e do Sudeste, de criação de uma fórmula em que as decisões aprovadas deveriam contar com a maioria absoluta dos representantes dos estados e municípios, que, somados, correspondam a pelo menos 60% da população nacional. Somente os habitantes do Sudeste equivalem a 42% do total de brasileiros.

Braga também tende a aumentar o valor destinado ao Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que, no texto atual, está em R\$ 40 bilhões. "O sentimento que eu colhi conversando com todos os governadores é que o fundo tenha um montante maior. Os governadores do Sul falam em R\$ 80 bilhões, os do Nordeste e do Norte falam em R\$ 75 bilhões" ressaltou.

Ele citou, ainda, documento do Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou

Tributação dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), que pleiteia R\$ 75 bilhões. "Há um consenso de que seja um número como esse. No entanto, não houve uma sinalização do governo federal em torno disso", frisou. Fonte de recursos De acordo com a proposta, o FDR começará com transferências da União de R\$ 8 bilhões em 2029, aumentando R\$ 8 bilhões por ano, até atingir R\$ 40 bilhões em 2033.

"Quando falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão", citou Braga, ao enfatizar que defende um valor "robusto" para o fundo, mas que será necessário apontar a fonte dos recursos.

Um tema que "divide opiniões", segundo o parlamentar, é a criação do Imposto Seletivo, que teria a mesma função reguladora do atual Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ele afirmou que ainda está estudando o melhor caminho para definir os produtos que entrarão na lista de exceções, sem causar a insegurança jurídica que vários setores temem.

Para garantir a segurança, uma das propostas em análise é a previsão de que, ao ser definida a relação dos produtos sobre os quais vai incidir a alíquota, seja adotada a regra de anualidade, que só permite que a medida entre em vigor um ano a partir da publicação da lei. Braga lembrou que o IPI é definido por decreto, com a regra da noventena, ou seja, 90 dias após a publicação do decreto.

O relator deixou claro que a lista não vai integrar o texto da reforma. "Não temos como colocar na Constituição determinados níveis de detalhamento", enfatizou. Uma das opções é que a taxa seja definida por meio de lei ordinária. Segundo o relator, esse é um dos pontos controversos, pois vários senadores apontam para a lei complementar, que exige um maior número de parlamentares para aprovar.

O temor é de que um número maior de produtos seja excepcionalizado, fugindo da proposta inicial do Imposto Seletivo, criado para tributar produtos que fazem mal, como cigarros e bebidas.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE

Reforma tributária: apresentação do relatório é adiada para o dia 24

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5141/11-10-2023.html?all=1>

Governadores querem Fundo Constitucional

Os governadores do Conselho de Desenvolvimento do Sul (Codesul) - que reúne Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul - querem que a **reforma tributária** tenha a previsão de um Fundo Constitucional para a Região Sul. Os chefes dos executivos estaduais se reuniram, ontem, com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator do texto sobre as mudanças na tributação.

"Existe um Fundo Constitucional do Nordeste, do Centro-Oeste, do Norte, não são recursos que vão para os governos, são recursos que vão para financiar os bancos de desenvolvimento, que subsidiam empréstimos para o setor privado. As regiões Sul e Sudeste não têm fundos constitucionais. Estamos demandando que, no âmbito da **reforma tributária**, seja viabilizado o Fundo Constitucional da Região Sul", disse o presidente do Codesul, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

Para financiar esse fundo, os gestores indicaram o direcionamento dos royalties da usina binacional de Itaipu. "Apontamos uma pauta de cinco itens prioritários, falamos do Fundo Constitucional, do Fundo de Desenvolvimento Regional, da questão do IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e do CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), para que andem juntos", destacou o governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL). "São cinco itens que a gente acordou. Um dos apontamentos requer uma audiência com o ministro (Fernando) Haddad sobre os royalties de Itaipu." Já o Fundo de Desenvolvimento Regional é um valor que vai direto para os governos estaduais. A estimativa é de que o valor fique em R\$ 400 milhões, mas os governadores querem a ampliação para cerca de R\$ 1 bilhão.

"As regiões Sul e Sudeste não têm fundos constitucionais. Estamos demandando que, no âmbito da **reforma tributária**, seja viabilizado o Fundo Constitucional da Região Sul"

Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul e presidente do Codesul

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/impressa/5141/11-10-2023.html?all=1>

Carf admite dedução de multas não tributárias do IRPJ

Adriana Aguiar

Empresas multadas por órgãos reguladores, ambientais ou de proteção ao consumidor ganharam um importante precedente no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**. A 1ª Turma da Câmara Superior, última instância do órgão, entendeu que essas penalidades podem ser abatidas do Imposto de Renda (IRPJ).

A decisão, por maioria de votos, representa, segundo especialistas, uma mudança de entendimento da Câmara Superior, que até então vinha negando a dedução de multas não tributárias - aplicadas, por exemplo, pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Ibama ou Procon.

A discussão envolve o artigo 311 do Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580, de 2018). O dispositivo trata da possibilidade de dedução das despesas "necessárias, usuais ou normais" do cálculo do Imposto de Renda. Mas não especifica o que estaria autorizado.

Nos processos, os contribuintes alegam que essas multas não tributárias devem ser consideradas como despesas necessárias, uma vez que fazem parte do risco do negócio. Argumentação que foi aceita recentemente pela 1ª Turma da Câmara Superior.

O caso analisado é de uma empresa produtora de açúcar, etanol e bioeletricidade da Bahia, que deduziu do IRPJ o que teria pago de multas do Instituto do Meio Ambiente (IMA). A decisão foi dada em recurso da Fazenda Nacional contra acórdão a favor do contribuinte de turma ordinária (processo nº 10530.721720/2014-81).

A Fazenda Nacional alega, no recurso, ser inconcebível multas de natureza não tributária serem consideradas dedutíveis.

Entende não serem necessárias para a atividade empresarial, além de decorrerem da falta de zelo do contribuinte.

O relator, conselheiro Luiz Tadeu Matosinho Machado, representante da Fazenda, aceitou a argumentação da Fazenda Nacional, mas ficou vencido. Para ele,

"admitir a dedução da multa e, por consequência, reduzir o pagamento do IRPJ da infratora equivale a dividir o custo da infração com a sociedade".

Ele destaca, no voto, que entre as atividades exercidas pela empresa está a fabricação de açúcar e álcool, que no seu processo produtivo elimina um resíduo conhecido como vinhaça. Esse resíduo, se não tiver um tratamento adequado e for descartado em rios ou diretamente no solo, acrescenta, provoca sérios danos ambientais, como morte de peixes por falta de oxigênio, "o que afeta direta e imediatamente toda a população ribeirinha, provocando dano de valor social e ambiental incalculável".

A divergência foi aberta pelo conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, também representante da Fazenda. Ele destaca, no voto, que, desde 2017, tem o entendimento de que a lei só impede a dedução de multas tributárias, mais especificamente daquelas que tratam do descumprimento de obrigação principal - ou seja, aplicadas em autos de infração.

De acordo com Mendes, as multas pelo descumprimento de deveres tributários diversos da falta de pagamento de **tributos** podem ser deduzidas por expressa previsão legal, conforme o parágrafo 5º artigo 41 da Lei nº 8.981, de 1995. E no caso das multas de natureza não tributária, acrescenta, "não faz sentido considerar indedutíveis", por não haver previsão em lei que proíba.

"Podemos dizer com a mais absoluta segurança que é praticamente impossível, em muitos setores econômicos, conseguir guiar um empreendimento sem arcar com multas impostas pela administração pública. O risco faz parte do negócio, e suas consequências também, inclusive aquelas de cunho pecuniário punitivo", diz ele em seu voto.

Leandro Cabral, do escritório Velloza Advogados, afirma que a decisão altera o posicionamento que predominava na Câmara Superior.

Em decisão publicada em 2008, por exemplo, cita, a mesma 1ª Turma impediu a Light Serviços de Eletricidade de descontar da base de cálculo do IRPJ e da CSLL multas aplicadas pela Aneel, que somam R\$ 7,8 milhões. A dedução foi realizada em 2007 (processo nº 1401-001.793).

Para o especialista, a nova decisão foi acertada. Se não existe lei para vedar a dedução de multas não tributárias do IRPJ, diz, a medida seria permitida. "Se por lei é expressamente permitida a dedução de multas que não decorrem de falta de pagamento de tributo, mais razão ainda teria para as multas não tributárias." Cabral considera que não se pode aceitar o argumento da Fazenda de que a dedução seria quase um incentivo para tomar multa. "Não faz sentido. É como se a empresa trabalhasse para tomar multa. Se ela toma uma multa de R\$ 1 milhão, poderia deduzir 34% do Imposto de Renda, que seria R\$ 340 mil. Não compensa", afirma ele, acrescentando que o precedente pode ser usado por outras empresas que deduziram do IRPJ valores de multas. "Essas multas são muito comuns, em decorrência das atividades das empresas." Segundo o advogado Maurício Faro, do BMA Advogados, o mais importante da decisão é o reconhecimento do **Carf** de que o exercício da atividade empresarial implica necessariamente assunção de multas e penalidades.

"Isso é inerente ao exercício das atividades empresariais, sobretudo nas entidades reguladas por entes públicos", diz. "Não é uma despesa que elas querem ter, mas têm por necessidade." Faro afirma que, no caso de receitas, sendo elas lícitas ou ilícitas, serão tributadas. "Na mesma perspectiva, a despesa necessária por conta de um descumprimento de obrigação também tem que ser considerada em nome da neutralidade tributária." Procurada pelo Valor, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) não deu retorno até o fechamento da edição.

"Essas multas são muito comuns, em decorrência das atividades das empresas" Leandro Cabral

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187685?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187685?page=1§ion=1)**

Fraude gera prejuízo de R\$ 288 mil

Pedro Marra

A Polícia Federal (PF) cumpriu, ontem, mais uma etapa da investigação sobre um grupo criminoso que reativava de forma fraudulenta o auxílio-reclusão, benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) aos dependentes de presos, no valor de um salário mínimo. A corporação apurou que a quadrilha também reativou outros tipos de benefício, gerando um prejuízo de mais de R\$ 288 mil. Há indícios da participação de servidores do **INSS**, que pode ter fornecido número de matrícula e de senhas para acessar o sistema.

A PF suspeita que a fraude tenha contado também com a ação de hackers, para a reativação dos benefícios sem seguir o devido processo administrativo. Foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão, expedidos pela 10ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal. O cruzamento de informações feito pelas autoridades indicou a falta dos documentos solicitados para a concessão dos benefícios. Além disso, os auxílios foram concedidos com data retroativa aos últimos cinco anos.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/10/11/all.pdf>

Ministério quer acabar com repasses do FAT à Previdência

RENAN MONTEIRO

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) busca internamente o apoio da Fazenda para pôr fim ao direcionamento de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para a **Previdência Social**. O objetivo é destinar mais dinheiro para o BNDES, o que é um desejo do governo petista. A pasta também quer a devolução de R\$ 76 bilhões ao Fundo até 2032. O banco apoia a proposta e tenta usar o Ministério do Trabalho para convencer o restante do governo.

A pasta comandada por Luiz Marinho propõe que a mudança seja prevista no texto da **Reforma Tributária**, atualmente tramitando no Senado Federal.

A finalidade seria "reconstituir" a função do FAT, nas palavras do ministério. O argumento da pasta é que a vinculação para cobrir parte do rombo da Previdência tira recursos e enfraquece os projetos do BNDES, financiados por meio desse Fundo. E citado como exemplo o apoio a micro e pequenos empreendimentos e à economia solidária.

A mudança no uso do dinheiro do FAT foi feita em 2019, na Reforma da Previdência. Até então, os recursos do Fundo eram usados para o abono salarial, o seguro-desemprego e pelo BNDES. No banco, os recursos do FAT são uma forma de financiamento mais barata. A reforma permitiu também transferir recursos do Fundo para a Previdência, o que reduziu os repasses ao BNDES.

FIM DO REPASSE EM 2032

Segundo o MTE, o Fundo transferiu para a Previdência cerca de R\$ 11 bilhões em 2021, R\$ 18,6 bilhões em 2022 e a estimativa para este ano é de R\$ 22,7 bilhões. Não há na lei um valor de transferência e isso é definido todos os anos.

O período de transição começaria, pela proposta de Marinho, com uma destinação de cerca de R\$ 14 bilhões em 2024, sendo reduzida gradualmente até zero em 2032.

O tema está sendo tratado com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e ainda não há um posicionamento final. O MTE também está buscando articulação com o senador Eduardo Braga (MDB-AM), relator da

Reforma Tributária no Senado. O FAT recebe recursos do PIS/Pasep.

O documento do MTE propõe uma recuperação integral dos recursos que foram transferidos do FAT para o Tesouro Nacional, no valor de R\$ 76 bilhões. As informações foram divulgadas pelo jornal Folha de S.Paulo e confirmadas pelo GLOBO.

"Esse (montante) equivale ao valor acumulado de transferências para gastos previdenciários efetuado entre 2020 e 2023", diz a proposta.

O banco público, em nota, avalia que a proposta do MTE "resgata o sentido histórico do FAT". Afirma que o fundo tem por objetivo financiar o seguro-desemprego e o abono salarial, bancar programas de capacitação dos trabalhadores e gerar emprego por meio do financiamento ao investimento produtivo.

"SENTIDO DESVIRTUADO"

"Em um passado recente, tal sentido histórico foi desvirtuado, inclusive com três tentativas de retirar da Constituição os repasses destinados ao BNDES. Isso fragilizaria o financiamento ao investimento, à agricultura, à inovação, à indústria e ao cooperativismo, entre outros", disse o banco.

O BNDES também afirma que o ministério é o organismo responsável por conduzir a referida proposta dentro do governo. (Colaborou Vinícius Neder)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Previc tenta facilitar aportes de fundações

César Felício

O regime de sanções para gestores de previdência fechada deverá ser alterado em breve, segundo afirmou o diretor da Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), Ricardo Pena. A autarquia prepara o texto para um novo decreto presidencial que irá substituir a norma instituída pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu primeiro governo, em 2003. Segundo Pena, a ideia é "voltar à normalidade" em relação a investimentos de risco, que teriam sido "criminalizados" pela Operação Greenfield.

A Greenfield foi uma operação do Ministério Público e da Polícia Federal que durou de 2016 a 2020.

Segundo afirmaram os promotores nas denúncias apresentadas, gestores dos maiores fundos de pensão do Brasil, sobretudo Previ, Postalís, Funcef e Petros, fizeram investimentos de retorno duvidoso, por meio de compras de cotas, com sobrepreço e sob suspeita de corrupção, de Fundos de Investimentos em Participações (FIP).

Os prejuízos em decorrência das operações investigadas foram estimados em torno de R\$ 8 bilhões. As ações penais tramitam na primeira instância da Justiça Federal e ainda não houve decisões judiciais. A operação foi encerrada em 2021 por Augusto Aras, então procurador-geral da República, com a maioria das investigações ainda em curso.

"Precisamos voltar à normalidade, como é no mundo inteiro", disse Pena. De acordo com o diretor, FIPs são um investimento alternativo, com maior prêmio de risco.

Para ele, "hoje o gestor está com medo, porque ele sabe que o regime sancionador nessa experiência da Greenfield foi bastante severo".

"Não vamos compactuar com irregularidades, mas queremos incentivar o ato regular de gestão, para que o gestor tome as iniciativas necessárias para que o investimento seja realizado, em que a performance depois de se correr o risco não seja vista como irregularidade", disse.

Pena não dá pistas sobre quais as mudanças a ser levadas para Lula assinar.

O novo decreto está em discussão dentro do Ministério

da **Previdência Social**, e depois ainda passará pela Casa Civil. "Temos uma perspectiva mais garantista. O setor passou por uma perspectiva muito persecutória.

Partimos do pressuposto que o dirigente tem boa fé, está capacitado e tem um mandato para cumprir." Não haverá mudanças na forma de indicação de gestores para os fundos fechados. Segundo Pena, a possibilidade de captura das fundações por indicações políticas foi "muito mitigada" pela resolução 35 de 2019, do Conselho Nacional de **Previdência Complementar**. A resolução estabeleceu que os diretores devem ser escolhidos por processo seletivo conduzido pelos conselhos deliberativos. Não há na norma dispositivo que impeça filiados a partidos políticos de assumir posto diretivo.

O novo decreto presidencial não será o único e nem a mais importante iniciativa do governo para atrair fundos fechados para investimentos de maior risco. De acordo com Pena, o Ministério da Fazenda pode rever a resolução 4.994 do Conselho Monetário Nacional, de março do ano passado, que trata das diretrizes de investimento para fundos de pensão. O tema está sob análise da Secretaria de Reformas Econômicas, comandada por Marcos Pinto. O tema deve estar resolvido até abril do próximo ano.

A ideia é mudar o desenho das carteiras de investimentos dos fundos, concentradas atualmente em títulos públicos. FIP, fundos de direitos creditórios (FIDC), renda variável, ativos no exterior, imóveis, empréstimo consignado foram possibilidades lembradas pelo diretor como alternativas para a diversificação. "A gente quer alargar o cardápio de opções de investimentos. Com essa novo contexto macroeconômico, de **inflação** mais controlada e juros mais baixos, a gente gostaria de ter uma regra mais equilibrada", disse.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231010/>

Empresas também podem ajudar a promover bem-estar

A população economicamente ativa passa a maior parte do tempo trabalhando, e o que ocorre durante a atividade (de bom ou ruim) reflete na saúde dessas pessoas.

Em 2022, o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) concedeu auxílio-doença por transtornos mentais - como ansiedade e depressão - a quase 210 mil pessoas.

O número justifica a preocupação das empresas em promover ambientes saudáveis e oferecer benefícios que, de fato, proporcionem o bem-estar. "Olhamos essa questão sob quatro pilares: saúde física, mental, equilíbrio financeiro e relações humanas, buscando alinhar os propósitos individuais com os valores da empresa", conta Luiz Sergio Vieira, CEO da EY Brasil.

Marcos Zavanella, presidente e CEO da Schaeffler América do Sul, conta que o investimento da empresa em saúde preventiva vem trazendo bons resultados.

"Temos uma equipe médica disponível para todos os funcionários, para que cheguem bem de manhã e saiam nas mesmas condições.

E temos uma atenção especial para o líder de equipe perceber os sinais de que algo não está bem com o funcionário." A promoção de uma agenda de diversidade e inclusão gera um ambiente de respeito e, consequentemente, mais seguro, acredita o CEO da United- Health Group no Brasil, Ricardo Bottas. "A organização tem que ter ferramentas e, principalmente, senso de urgência para atuar em ambientes potencialmente tóxicos." Estimular atividades de voluntariado e o autocuidado (alimentação saudável, atividade física) e manter uma escuta ativa são medidas importantes para a saúde ocupacional.

"Nossa preocupação é a prevenção, buscando os primeiros sinais em que podemos atuar na busca do equilíbrio profissional e pessoal", diz Zavanella.

Ambiente corporativo Estimular o autocuidado e manter escuta ativa são importantes para a saúde ocupacional

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

FMI vê aumento da dívida bruta brasileira neste ano, para 88,1% do PIB, e novas altas nos 5 anos seguintes

Por Sergio Lamucci, Valor - São Paulo

11/10/2023 05h30 Atualizado há 41 minutos

O Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta que a dívida pública bruta do Brasil vai subir de 85,3% do **PIB** em 2022 para 88,1% do **PIB** em 2023, estimando que o indicador seguirá em alta nos cinco anos seguintes, até bater em 96% do **PIB** em 2028, o ano mais distante para qual a instituição faz previsões. São números ligeiramente inferiores aos previstos pelo FMI em abril, na edição anterior do Monitor Fiscal, quando a expectativa era que o endividamento bruto do país ficasse em 88,4% do **PIB** neste ano e em 96,2% do **PIB** em 2028. Nas contas do FMI, o novo arcabouço fiscal não vai estabilizar a dívida como proporção do **PIB** nos próximos cinco anos.

A dívida bruta brasileira é bem superior à média dos países emergentes, que deve ficar em 68,3% do **PIB** em 2023, segundo o FMI. Entre 36 países desse grupo para os quais há projeções do FMI disponíveis para esse indicador, o endividamento bruto do Brasil é o terceiro maior, empatado com a Ucrânia, que está em guerra com a Rússia, ficando atrás apenas dos 92,7% do **PIB** do Egito e dos 89,5% do **PIB** da Argentina, que atravessa uma grave crise econômica. A dívida bruta é um dos principais indicadores de solvência de um país, sendo acompanhado com atenção por especialistas em contas públicas.

Os números fazem parte do Monitor Fiscal, um dos relatórios que o FMI divulga nesta semana, quando ocorre o encontro anual da instituição com o Banco Mundial. Desta vez, a reunião ocorre em Marrakesh, no Marrocos. O FMI calcula a dívida bruta do país por um critério diferente do usado pelas autoridades brasileiras. Enquanto o Fundo inclui na sua estimativa os títulos públicos que estão na carteira do Banco Central (BC), a autoridade monetária brasileira não os considera na conta. Pelo conceito do BC do Brasil, a dívida bruta ficou em 74,4% do **PIB** em agosto. No fim do ano passado, fechou em 72,9% do **PIB**.

Estimativas um pouco melhores de crescimento podem contribuir para a leve melhora das estimativas para a dívida bruta. Em relação à projeção de abril, o

Fundo elevou a projeção de expansão da economia brasileira de 2023 de 0,9% para 3,1% - em julho, já havia aumentado a previsão para 2,1%. A estimativa para 2024 é de um avanço do **PIB** de 1,5%, número um pouco superior ao 1,2% projetado em julho.

No Monitor Fiscal, o FMI projeta um déficit primário de 1,2% do **PIB** neste ano e de 0,2% do **PIB** no ano que vem, esperando um superávit de 0,2% do **PIB** em 2025, que sobe até haver um saldo positivo de 1,1% do **PIB** em 2027 e 2028. A série de dados que aparece no relatório, porém, não coincide com o resultado primário (receitas menos despesas, exceto gastos com juros) do setor público consolidado, que inclui o governo federal, Estados, municípios e estatais não financeiras, excluindo Petrobras e Eletrobras, como ocorria no documento de abril, por exemplo. Os números tampouco são os da série do resultado primário do governo central, que reúne Tesouro, Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) e Banco Central (BC).

A meta do novo arcabouço fiscal para o governo central é zerar o déficit primário em 2024, com o resultado podendo ficar entre um superávit de 0,25% do **PIB** e um déficit de 0,25% do **PIB**. Os especialistas em contas públicas, contudo, veem com ceticismo a possibilidade de o governo conseguir zerar o rombo em 2024, porque o Orçamento conta com receitas incertas e algumas despesas subestimadas.

Sítio:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/11/fmi-ve-aumento-da-divida-bruta-brasileira-neste-ano-para-881percent-do-pib-e-novas-altas-nos-5-anos-seguintes.ghtml>

Saque-aniversário do FGTS pode sofrer mudanças? Veja regras em discussão

Do UOL, em São Paulo 11/10/2023 05h00

O Ministério do Trabalho encaminhou à Casa Civil um projeto que propõe permitir que os trabalhadores que aderiram ao **saque-aniversário** do **FGTS** resgatem o valor restante da conta. A informação foi inicialmente reportada pelo jornal O Globo e posteriormente confirmada pelo UOL.

Segundo informações do Ministério do Trabalho dadas ao UOL, essa medida visa beneficiar aqueles que utilizaram o **saque-aniversário** como garantia para empréstimos consignados, visando "corrigir uma distorção, uma injustiça contra o trabalhador".

De acordo com as regras atuais, os trabalhadores que optaram pelo **saque-aniversário** podem sacar anualmente uma parte do **FGTS** no mês de seu aniversário. Em caso de demissão, eles só podem resgatar a multa rescisória.

Ministério do Trabalho, em nota ao UOL

O Ministério afirmou que essa mudança pode ter um impacto financeiro de até R\$ 14 bilhões. No entanto, a proposta precisa ser analisada pelo presidente Lula antes de ser encaminhada ao Congresso Nacional.

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, assumiu o cargo com o compromisso de extinguir essa modalidade, que ele considera uma "sacanagem" com os trabalhadores.

Dado que o fim do **saque-aniversário** pode enfrentar resistência no Congresso, Marinho manifestou a intenção de revisar a medida.

O valor a ser sacado pode variar de 5% a 50% da soma de todos os saldos das contas do **FGTS**, acrescido de uma parcela adicional vinculada ao saldo na conta do trabalhador.

Em caso de demissão, o trabalhador só pode sacar a multa rescisória e não o valor total da conta.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/10/11/saque-aniversario-do-fgts-pode-sofrer-mudancas-veja-novas-regras.htm>

É preciso aprovar as medidas econômicas (Editorial)

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, está certo ao cobrar a aprovação de medidas que possam ajudar o Brasil a enfrentar um ambiente externo mais adverso, com guerras elevando os preços do petróleo e pressionando a **inflação**, o que leva os Bancos Centrais dos Estados Unidos e da Europa a manterem o ciclo de alta das taxas de juros. O apelo, que envolve a aprovação da **reforma tributária** no Senado e medidas como o projeto de lei que taxa fundos offshore e fundos exclusivos e o de taxa de grandes fortunas, em tramitação na Câmara, podem ajudar a blindar o Brasil das intempéries externas. As medidas são necessárias para assegurar recursos ao governo para fazer frente aos desembolsos com educação, saúde e segurança pública, sempre áreas que são afetadas pelo menor sinal de crise. É preciso quebrar esse círculo vicioso.

Não se quer dizer com isso que o governo pode gastar sem controle. É preciso manter o equilíbrio fiscal, ao qual se chega não apenas com corte de gastos, mas com mecanismos de incremento da receita. E as medidas representam muito mais a correção de distorções fiscais em benefício de uma camada, em detrimento da maioria dos contribuintes. O temor do mercado financeiro é sempre de que os gastos do governo impactem as contas públicas, mas é preciso cobrar do Congresso Nacional a votação da agenda econômica que pode, sim, fazer face aos desafios sociais do Brasil, país que ainda convive com uma desigualdade abissal.

Os recursos da tributação sobre grandes fortunas, prevista no artigo 153 da Constituição Federal, assim como a tributação dos fundos, podem gerar uma receita superior a R\$ 40 bilhões e fazer face a investimentos do governo no Minha Casa, Minha Vida ou nos programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família.

Embora nunca seja agradável uma mordida do fisco sobre recursos antes não tributados, é preciso lembrar que, no passado recente, mais precisamente em janeiro de 1998, no governo Fernando Henrique Cardoso, a alíquota máxima do Imposto de Renda da Pessoa Física foi elevada de 25% para 27,5%. Na época, a classe média pagou a conta do ajuste necessário para o país enfrentar a crise dos "tigres asiáticos", entre eles a Coreia do Sul.

O cenário adverso no mundo nos próximos meses requer serenidade por parte do governo, como prometeu o ministro Fernando Haddad, mas exige também maior rigor com os gastos públicos e também maior eficiência na arrecadação de **impostos**. E, nesse caso, a conta é simples e o próprio governo tem os cálculos. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, já estimou que o combate à sonegação fiscal pode render receitas de mais de R\$ 120 bilhões ao ano. Isso significa que, enquanto parte da sociedade tem seu orçamento estrangulado com a alta carga de **impostos**, outra parcela dribla a exigência fiscal, afetando a concorrência e a produtividade da economia brasileira.

Com reservas cambiais elevadas e de mais de US\$ 300 bilhões e um superávit comercial que chega a US\$ 71,309 bilhões até setembro, o Brasil está, hoje, menos exposto a crises internacionais.

Na atual, a apreensão é de que o Federal Reserve - Banco Central dos Estados Unidos - possa elevar novamente a taxa de juros, o que os colocaria no maior patamar em mais de 20 anos, pressionando para cima a cotação do dólar. Essa pressão sobre o câmbio, se for contínua e prolongada, exigirá que o BC brasileiro mantenha a taxa de juros em patamar elevado, podendo interromper os cortes de 0,5 ponto percentual e frustrando a expectativa de um aumento do consumo no fim do ano e consequente aceleração da atividade econômica.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5141/11-10-2023.html?all=1>

Emendas apresentadas no Senado ampliam exceções, mostra estudo

ADRIANA FERNANDES

Boa parte das emendas apresentadas pelos senadores à proposta de **reforma tributária** que tramita no Congresso cria novas exceções e regimes diferenciados.

Das 310 emendas apresentadas ao texto no Senado até a última sexta-feira, 65,5% possuem um teor considerado negativo e prejudicariam o funcionamento do novo imposto que será criado com a reforma, segundo levantamento do movimento Pra Ser Justo.

Suprapartidário, o Pra Ser Justo foi criado por organizações da sociedade civil empenhadas na aprovação da **reforma tributária**. A proposta foi aprovada na Câmara no início de julho, e tramita agora no Senado.

Em novo cronograma divulgado ontem, o relator na Casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que vai apresentar seu relatório na semana de 16 a 20 deste mês à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com votação prevista para o período de 7 a 9 de novembro.

De acordo com o levantamento, 46% das emendas apresentadas, se aprovadas pelo Senado, aumentariam a alíquota do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) para o consumidor final - pois preveem a inclusão de novos regimes diferenciados e benefícios.

De acordo com cálculos do Ministério da Fazenda, a alíquota do IVA, considerando todas as exceções aprovadas pela Câmara, já estaria entre 25,5% e 27%. Quanto maior o número de exceções, maior terá de ser a alíquota-padrão para que a arrecadação não caia, segundo os negociadores da proposta na Câmara, no Senado e no Ministério da Fazenda.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da **reforma tributária** cria um IVA dual: um cobrado pela União, que ganhou o nome de Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), e outro que será administrado por Estados e municípios, o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Uma das emendas corta ainda mais o percentual da alíquota reduzida: o desconto passaria de 60% para

80% em relação à alíquota-padrão. Somente essa mudança aumentaria a alíquota do IVA em 1,44 ponto percentual para todos os bens e serviços que não estão incluídos nas exceções (como eletrodomésticos, roupas e materiais de construção).

Já os setores que aparecem com o maior número de pedidos de emendas para regimes diferenciados são, respectivamente: turismo, serviços (relativamente a crédito para folha de pagamento), energia elétrica, agronegócio, flores/plantas ornamentais, transporte de cargas, profissões regulamentadas (advogados, médicos, arquitetos) e transporte aeroviário.

"Depois dessa análise, fica muito claro o descompasso entre os discursos dos senadores sobre reduzir a carga tributária e o que, de fato, estão propondo como alterações ao texto da reforma", disse ao Estadão Marina Thiago, cofundadora e gerente do Pra Ser Justo.

"A maioria das emendas caminha para o exato oposto, aumentando a carga tributária e promovendo uma reforma que reforça desigualdades e injustiças tanto para a população quanto para a competitividade entre os setores." Chama atenção no levantamento a quantidade de pleitos do setor de serviços que são "B2B" ("business to business, na sigla em inglês"), ou seja, empresas que vendem para outras empresas. Para Marina, não faria sentido a inclusão desses setores na alíquota reduzida, dado que as empresas que estão no meio da cadeia seriam beneficiadas pela reforma.

Isso porque o tributo pago por elas irá gerar crédito para a empresa adquirente, o que não acontece atualmente com o modelo do ISS e do PIS/Cofins cumulativo.

PONTOS "POSITIVOS". Apenas 7,1% (22) das emendas apresentadas foram vistas como "positivas", com avanço em relação ao texto negociado hoje, de acordo com a análise do Pra Ser Justo. Elas tratam da avaliação de benefícios fiscais e do cálculo de impacto com a inclusão de novos itens na alíquota reduzida; da supressão do artigo que trata das contribuições estaduais sobre bens primários e semielaborados para financiamento dos fundos de infraestrutura; e da exclusão de agrotóxicos e pesticidas do rol de itens que podem ser beneficiados pela alíquota reduzida.

O Pra Ser Justo propõe quatro alterações ao texto que, nas contas do movimento, poderiam reduzir em torno de 1,08 ponto porcentual a alíquota-padrão do IVA. Elas se referem à volta da alíquota do rol de exceções para o patamar de 50% da alíquota de referência (no texto aprovado, caiu para 40%); à exclusão do regime de alíquota reduzida para bens e serviços relacionados à segurança e soberania nacional, segurança da informação e segurança cibernética; reinclusão do termo "público" no regime referente a transporte coletivo; e exclusão dos serviços de hotelaria, parques de diversão e parques temáticos, bares e restaurantes e aviação regional da lista de regimes diferenciados.

"Depois dessa análise, fica muito claro o descompasso entre os discursos dos senadores sobre reduzir a carga tributária e o que, de fato, estão propondo como alterações no texto da reforma" Marina Tiago Cofundadora e gerente do Pra Ser Justo

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Reforma Tributária: conselho dos estados será apenas operacional

VICTORIA ABEL

O relator da **Reforma Tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), afirmou que o Conselho Federativo que será criado junto com o novo sistema tributário não terá poder de decisão nem peso populacional na sua organização. Será apenas um comitê gestor de arrecadação.

O Conselho vai reunir União, estados e municípios para gerenciar a arrecadação dos **impostos** depois de aprovada a reforma, que vai unificar uma série de **tributos** federais e locais. Com a nova forma de tributação, com a cobrança do imposto onde o consumo foi feito e não onde o bem foi produzido, será preciso compartilhar a arrecadação.

Braga disse que é consenso que se tenha um órgão responsável pela partilha dos recursos, mas sem poder político.

- O Conselho deverá ser um órgão aos moldes do Simples Nacional, um comitê gestor e administrativo, que cumpra uma regra.

Isso simplifica muito. É necessário que se tenha um órgão para arrecadar e fazer a partilha. Minha visão é que ele seja gestor e administrador, sem competência para decidir questões federativas - disse Braga.

A formação do Conselho é um dos pontos de maior resistência dos governadores do Sudeste. Desenhos iniciais da reforma estabeleciam que cada estado teria um voto no conselho, o que dava mais poder para o Norte e Nordeste juntos.

Braga disse que o texto será votado no Plenário do Senado até o dia 9 de novembro.

Ele vai apresentar o seu relatório na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado no próximo dia 24, e os senadores terão quase duas semanas para analisar o texto antes da votação.

O relator é a favor que os descontos na alíquota padrão dos setores escolhidos sejam revistos a cada cinco anos, embora ele não tenha garantido que esse dispositivo estará no seu texto.

FUNDO DE COMPENSAÇÃO Braga defendeu ainda

que o Fundo de Desenvolvimento Regional tenha um valor maior de recursos para compensação de perdas dos estados com a transição entre sistemas de **impostos**. O Fundo começará com transferências da União de R\$ 8 bilhões em 2029 e crescerá em R\$ 8 bilhões ao ano até atingir R\$ 40 bilhões em 2033. A partir daí, o valor se estabiliza em termos reais.

Alguns governadores chegam a pleitear até R\$ 80 bilhões. O relator, porém, ainda não tem um valor acordado com o Ministério da Fazenda.

- Os governadores pleiteiam que se tenha um valor maior que os R\$ 40 bilhões.

Há um consenso de que seja um valor maior, mas não tive nenhuma sinalização do governo federal em torno disso. Quando falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão. É claro que ele precisa ser robusto. Eu defendo um aumento, mas o patamar não está definido.

O relator também afirmou que o Imposto Seletivo, que vai incidir sobre produtos com externalidades negativas, como bebidas e cigarros, seja determinado por lei ordinária, mas com um prazo de revisão anual. Isso daria maior segurança para setores que temem ser afetados com a proposta.

INCENTIVOS MANTIDOS O relator confirmou que vai retomar no texto do Senado um trecho que garante a manutenção de benefícios fiscais para indústrias automobilísticas no Nordeste até 2032. A medida havia sido retirada pela Câmara.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governadores querem divisão dos recursos do Fundo pela população

Os governadores de estados do Sul e do Mato Grosso do Sul se reuniram com o relator da **Reforma Tributária**, o senador Eduardo Braga (MDB-AM), para discutir detalhes do texto. Eles pediram que os critérios de distribuição do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) já estejam determinados na proposta de emenda à Constituição (PEC) e que seja considerado o peso populacional das regiões para divisão dos recursos. O FDR foi desenhado para compensação de perdas dos estados com a transição entre sistemas de **impostos**.

- Entendemos que, já na emenda constitucional, tem que ser resolvido o critério de distribuição, que atenda critérios populacionais.

E entendemos que há de se buscar financiamentos para ampliar esse fundo - afirmou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

Braga se reuniu com Leite, Jorginho Mello (PL-SC), Ratinho Júnior (PSD-PR) e Eduardo Riedel (PSDB-MS).

Está previsto que o Fundo terá R\$ 40 bilhões, mas os estados defendem que ele chegue a R\$ 80 bilhões.

Os governadores do Sul também pediram que as transições para a CBS (que vai reunir os **impostos** federais) e para o IBS (dos **impostos** estaduais e municipais) ocorressem juntas, para não haver descompasso entre estados e União. Os dois **impostos** vão unificar os cinco **tributos** existentes atualmente, que são IPI, ICMS, PIS/Cofins e ISS.

- A preocupação é que haja salvaguardas para que a União não avance na base de arrecadação. Entendemos que isso é conciliável - afirmou Leite.

Braga, no entanto, vê dificuldades para atender essa reivindicação, já que os estados ainda vão ter incentivos fiscais decorrentes do ICMS até 2032. (Victoria Abel)v

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Relator da reforma tributária deve apresentar parecer em duas semanas

Caetano Tonet e Julia Lindner

O relator da **reforma tributária** no Senado, Eduardo Braga (MDBAM), anunciou nessa terça-feira (7) um novo calendário que prevê a votação da matéria para daqui a um mês. O parlamentar acertou com os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSDMG) e da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Davi Alcolumbre (União-AP), a apresentação do seu parecer no dia 24. A previsão é que a proposta seja apreciada duas semanas depois.

"Ficou acertado o dia 24 para a apresentação do relatório na CCJ. Como tem o feriado [de 2 de novembro], acaba votando no dia 7 e vai para o plenário [nos dias] 7, 8 e 9", afirmou Braga.

Após sofrer um acidente no fim de agosto, o senador tem se queixado de fortes dores no joelho, mas diz que fará um esforço para apresentar o relatório o quanto antes. Ele conta com o apoio do Ministério da Fazenda na tarefa. Nessa terça, técnicos do gabinete de Braga estiveram reunidos com o secretário extraordinário da **reforma tributária** da pasta, Bernard Appy.

Como mostrou o Valor, Appy foi cobrado por parlamentares, há um mês, a participar mais das discussões para destravar a reforma no Senado. Há expectativa de que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, faça o mesmo a partir da próxima semana.

O relator afirmou que seu parecer irá alterar a formatação do Conselho Federativo em relação à versão que veio da Câmara. Segundo ele, o órgão atuará como um comitê gestor de arrecadação, mudando inclusive o nome.

"A distribuição será por comando, uma regra de algoritmo que será estabelecida na emenda constitucional", disse o relator.

Braga deixou claro que pretende retirar o caráter deliberativo do órgão a respeito da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que formam o chamado IVA dual. Essa é uma das principais queixas dos senadores. "Foi dado ao conselho iniciativa de competência legislativa sobre os **tributos** do CBS e do IBS. Acho que essa competência não é do conselho. É da União, Estados

e municípios." Para Braga, a alteração simplifica e tira do comitê gestor eventuais disputas políticas.

Braga recebeu nessa terça-feira os governadores Eduardo Leite (PSDB), do Rio Grande do Sul; Jorginho Mello (PL), de Santa Catarina; Ratinho Jr (PSD), do Paraná; e Eduardo Riedel (PSDB), do Mato Grosso do Sul. Aumentar os recursos previstos para o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) de R\$ 40 milhões para R\$ 80 milhões foi o principal pleito do grupo.

"Há que se buscar financiamento para ampliar este fundo, o que pode ser de R\$ 40 para R\$ 80 bilhões. Entendemos que é possível buscar fontes de financiamento para um fundo ampliado", defendeu Leite.

Braga sinalizou que vai acolher a demanda, mas ponderou que é preciso alinhar os detalhes com a Fazenda. "É claro que ele [fundo] precisa ser robusto. Eu defendo [o aumento]."

"É possível buscar fontes de financiamento para um fundo ampliado" Eduardo Leite

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Relator da **reforma tributária** deve apresentar parecer em duas semanas

Sítio:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187685?page=1§ion=1>

A reforma tributária e as leis de incentivo à cultura (Tendências Debates)

Marcos Rocha

A **reforma tributária** em tramitação no Congresso pode comprometer a continuidade das leis de incentivo à cultura dos estados, do DF e dos municípios. A PEC 45 unifica cinco **tributos** em dois. A Contribuição Sobre Bens e Serviços substitui IPI, PIS e Cofins, já o Imposto Sobre Bens e Serviços agrega ICMS e ISS, propondo simplificação, desburocratização e o fim da guerra fiscal. O ISS e o ICMS representam 9% do **PIB** e 23% da arrecadação do país.

Para a governança será criado, no Ministério da Economia, o Conselho Federativo do Imposto sobre Bens e Serviços, com gestão compartilhada entre os estados, municípios e DF, sendo o primeiro impasse na atual proposta pois, hoje, os entes federados possuem autonomia para gerenciar seus **tributos** e determinar os incentivos e renúncias fiscais para setores prioritários e estratégicos, inclusive o cultural.

As Leis de incentivos fiscais à cultura dos estados e capitais representam cerca de R\$ 1 bilhão de reais/ano; 100 % dos Estados e 78% das capitais, possuem renúncia fiscal. Dados do IBGE apontam que 5,6% dos municípios possuem legislação de incentivo à cultura, sendo que, dos 36 municípios com população acima de 500 mil habitantes, 27 deles, ou seja 75%; dos municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes, 33,4% possuem leis; os municípios com população de até 5 mil habitantes, apenas 1,3% possuem, enquanto nos municípios na faixa de 5.001 a 10.000 habitantes, o percentual é de 2,7%; apontando uma tendência de que os municípios maiores, com melhor estrutura administrativa e arrecadação, tenham leis de renúncia fiscal.

O financiamento à cultura no Brasil é realizado por meio de três mecanismos: orçamento direto, renúncias fiscais e patrocínios privados. No âmbito federal, a Lei Rouanet (8313/91), com o mecenato que permite a renúncia fiscal do IR de pessoas físicas e jurídicas, movimentou mais de 50 Bilhões em 30 anos, apoiando milhares de projetos. Em 2022 foram mais de R\$ 2 bilhões, o maior da história. No entanto, 79% dos recursos ficam na região sudeste, 14% na região sul e 7% nas demais regiões, um modelo extremamente concentrador há décadas, criticado por financiar grandes fundações de bancos, projetos de artistas famosos, pouca transparência, má utilização dos

recursos, falhas nas análises de prestação de contas e não garantia da efetividade, dada a ausência de monitoramento e de avaliação de impacto da política pública.

Desta forma, as leis de incentivo dos estados, DF e Municípios, com base no ICMS ou ISS, funcionam como alternativa aos produtores culturais locais que não conseguem captar recursos pela Lei Rouanet.

Entretanto, essas leis precisam de revisão. Com as discussões sobre a **reforma tributária** há uma janela de oportunidade para que as áreas econômicas dos estados, do DF e dos municípios, realizem avaliações de impacto dos incentivos fiscais à cultura e estructurem dados e evidências na fundamentação da defesa das leis de renúncia fiscal subnacionais no Congresso Nacional.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaofolha/2023/10/a-reforma-tributaria-e-as-leis-de-incentivo-a-cultura.shtml>

Reforma Tributária: relator recebe centenas de emendas e vai propor trava para impedir aumento do peso dos impostos

O relator da **Reforma Tributária**, senador Eduardo Braga (MDB-AM), vai incluir no parecer, a ser apresentado em 24 de outubro, uma trava para evitar que as mudanças resultem em aumento de carga tributária sobre o consumo da população.

Embora o texto não vá estabelecer uma alíquota para os dois **impostos** sobre valor agregado que serão resultantes da fusão de cinco **tributos**, o relatório vai propor mecanismos que mantenham a atual carga tributária sobre o consumo de bens e serviços, em torno de 14% do **PIB**.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) foi aprovada na Câmara dos Deputados em julho. A reforma deve ser votada no Senado até o dia 9 de novembro, segundo o relator. Ele já recebeu 360 propostas de emendas ao texto feitas por senadores, a maioria delas fruto de lobbies de empresas e setores em busca de tratamento diferenciado no novo sistema de **impostos**.

Na reta final das discussões no Senado, Braga ainda tenta um acordo com governadores sobre o quórum exigido para a tomada de decisões no Conselho Federativo, que será integrado por representantes dos estados e responsável por gerir o Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS), junção do imposto estadual ICMS e municipal, ISS. A reforma também unifica os **impostos** federais PIS, Cofins e IPI, mas sob a Contribuição Sobre Bens e Serviços (CBS).

Os estados do Nordeste, mais numerosos, querem que prevaleça o critério de maioria absoluta, com um voto para cada estado. Mas os governadores do Sudeste, cujos estados são mais populosos, defendem incluir entre os critérios uma condição para que haja deliberação: os votos devem representar também 60% ou mais da população. Braga deve acatar emendas que reduzem esse percentual para até 40%.

O relator também está decidido a incluir no texto a previsão de que parte dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR) - previsto para compensar os estados durante a transição entre o sistema tributário atual e novo - seja distribuída de acordo com o **PIB** invertido. Ou seja, os estados mais

pobres receberiam, proporcionalmente, mais que os mais ricos.

Braga definiu a situação dizendo que, "quando a verba é limitada, todo mundo briga e ninguém leva". Ele Braga passará o feriado em Brasília, focado no relatório, e tem levado ao Ministério da Fazenda várias ponderações dos senadores.

Apesar da preocupação da Fazenda sobre o tamanho das listas de exceções à alíquota cheia (o principal objetivo da reforma é uniformizar a incidência de **impostos** sobre bens e serviços), setores que receberão tratamento diferenciado - seja com redução de 60% da alíquota padrão ou regime diferenciado -, Braga não se compromete em restringir ou manter essa parte do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, sem ampliá-la. Isso porque quanto maior essa lista, maior será a alíquota padrão para os demais setores para evitar queda de arrecadação.

A depender da quantidade de emendas apresentadas pelos senadores para modificar o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, o relator terá dificuldades para construir um parecer de consenso. São necessários os votos de 49 dos 81 senadores para aprovar a proposta.

Na lista dos cinco temas mais abordados nas emendas estão: ampliação da lista de exceções, Imposto Seletivo (IS) - que é a sobretaxa prevista para produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente - Conselho Federativo, contribuições estaduais e alíquotas dos novos **tributos**.

Uma análise de técnicos legislativos sobre as 360 emendas registradas até quarta-feira revela o lobby de vários grupos econômicos junto aos senadores em busca de tratamento diferenciado. Desse total, 141 buscaram incluir novos setores na alíquota reduzida da alíquota-padrão ou em regimes específicos.

Segundo interlocutores, Braga estaria disposto a incluir a revisão do custo-benefício das exceções a partir de 2026, como sugeriu o Tribunal de Contas da União (TCU), mas nem isso não garantiria os votos necessários à aprovação da reforma na Casa.

Algumas das propostas de alteração do texto da Câmara são pedidos de empresas que prestam serviços para outras, como de transporte de cargas e de serviços de tecnologia da informação. Também estão nessa lista serviços prestados ao consumidor final de renda mais alta, como advocacia, floriculturas e empresas que organizam eventos como formaturas e casamentos.

Até setores já beneficiados com a alíquota reduzida querem baixar ainda mais o percentual, como é o caso do agronegócio. Em vez de pagar 40% da alíquota-padrão, a bancada ruralista no Senado quer reduzir o percentual para 20% e elevar para R\$ 4,8 milhões o limite de receita do produtor para ficar fora das mudanças. Uma emenda prevê incluir na lista de exceções serviços de segurança, o que pode beneficiar a indústria de armas e munições.

Fruto de reclamação de governadores, que temem perder autonomia sobre as receitas, o Conselho Federativo recebeu 20 propostas de modificação, que vão desde limitar o colegiado a um órgão administrativo, sem prerrogativa para propor leis. Braga já antecipou que vai acatar. Já o governo defende que o Conselho tenha outras prerrogativas.

No caso do imposto seletivo para produtos como cigarros e bebidas, há uma emenda para deixar fora da regra espumantes e vinhos. Outro item do texto aprovado pela Câmara e que pode cair no Senado diz respeito à possibilidade de criação de contribuições estaduais, uma autorização para que estados possam criar **impostos** sobre produtos primários. A medida, segundo os senadores, gera insegurança jurídica.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/10/11/reforma-tributaria-relator-recebe-centenas-de-emendas-e-vai-propor-trava-para-impedir-aumento-do-peso-dos-impostos.ghtml>

Dólar ultrapassa os mil pesos em nova crise na Argentina

O mercado cambial argentino sofreu um novo golpe ontem, quando a moeda americana ultrapassando a barreira psicológica de 1 mil pesos por dólar pela primeira vez. Conhecido como "dólar azul", o câmbio paralelo bateu os 1.025 pesos - a cotação oficial está em 365 pesos.

Ainda ontem, o governo baixou regras para evitar a saída de moeda estrangeira do país.

A crise cambial ocorre a 12 dias do primeiro turno da eleição presidencial. Com a supervalorização do dólar e os temores de uma corrida bancária, a associação dos bancos emitiu um **comunicado** exortando os candidatos a agirem com responsabilidade.

"Os candidatos devem evitar fazer declarações infundadas que gerem incerteza nas pessoas e volatilidade nas variáveis financeiras", afirmou a associação, por meio de nota.

O governo, que tem o ministro da Economia, Sergio Massa, como candidato presidencial, oficializou ontem uma unificação de várias taxas de câmbio em vigor para turismo e poupança, com a aplicação de **impostos** para desencorajar a compra de moeda estrangeira.

Na semana passada, houve dezenas de operações policiais nas chamadas "cuevas" (cavernas) onde se negocia o "dólar blue", assim como buscas em instituições financeiras, na tentativa de detectar operações ilegais de fuga de divisas da Argentina.

Desde 2019, a Argentina tem implementado controles de câmbio em razão do forte declínio das reservas internacionais, que, segundo as autoridades, fecharam em US\$ 26,2 bilhões (cerca de R\$ 132 bilhões) na segunda-feira. No entanto, de acordo com analistas econômicos, as reservas efetivamente disponíveis do Banco Central estão zeradas.

INFLAÇÃO. Com uma **inflação** anualizada de 120% até agosto, a taxa de juros para depósitos a prazo, a 118%, está em território negativo.

A Argentina mantém um acordo de crédito com o Fundo Monetário Internacional de US\$ 44 bilhões (cerca de R\$ 223 bilhões), pelo qual se comprometeu com uma forte redução do déficit fiscal.

ELEIÇÃO. A volatilidade no mercado cambial ocorre a poucos dias da eleição à Casa Rosada. O candidato ultraliberal Javier Milei, favorito nas pesquisas, tem dito que vai dolarizar a economia argentina.

"Nunca em pesos, nunca em pesos. O peso é a moeda emitida pelo político argentino.

Portanto, não pode valer nem excremento, porque esse lixo não serve nem para fertilizante", disse. "Quanto mais alto o preço do dólar estiver, mais fácil é a dolarização." Massa chamou o adversário de "irresponsável". "Quando vejo candidatos que, por um voto, são capazes de incendiar uma casa, a verdade é que me preocupa. Essa irresponsabilidade não me faz mal, não faz mal ao governo, faz mal a milhões de argentinos."

Na Iona Analistas econômicos dizem que o Banco Central do país não tem mais reservas cambiais

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Super-ricos: taxaço será votada na próxima semana

VICTORIA ABEL

O projeto de lei que vai taxar fundos de investimentos dos super-ricos, exclusivos e offsh ore, será votado na próxima terça-feira, de acordo com líderes partidários. Até a semana passada, a previsão era que a vota  o ocorresse apenas no dia 24, após o retorno do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ao Brasil. Mas, em acordo fechado ontem, partidos da base do governo e do Centr  o decidiram votar a matéria sob a presidência do vice, Marcos Pereira (Republicanos-SP).

- Será na terça, dia 17 - disse Pereira ao GLOBO.

Fundos exclusivos são fechados para alta renda e hoje são pagam Imposto de Renda no resgate. Já os fundos offsh o-re são aplica  es no exterior e também são pagam **impostos** quando o investidor traz os recursos para o Brasil. O projeto    uma das prioridades do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para aumentar a arrecada  o.

Os fundos exclusivos não têm, atualmente, a cobrança do chamado come-cotas, imposto que recai periodicamente sobre aplica  es financeiras.

ALÍQUOTA MENOR

Caso a proposta seja aprovada, esses recursos investidos começarão a pagar Imposto de Renda duas vezes ao ano, assim como todos os fundos de investimentos utilizados pela classe média.

- Temos acordo para vota  o no dia 17 - confirmou o líder do PSD, An-tonio Brito (BA).

Na semana passada, o relator da matéria, Pedro Paulo (PSD-RJ), reduziu a alíquota que será cobrada para regulariza  o das aplica  es, de 10% para 6%.

Essa taxa de regulariza  o será cobrada dos investidores que queiram adiantar o pagamento    Receita neste ano e recairá sobre o "estoque", ou seja, sobre o rendimento acumulado do fundo.

A partir do próximo ano, será calculado uma alíquota variável, de 15% a 20% sobre a renda, conforme o período que o recurso estiver investido.

Para os fundos offsh ore, recursos investidos no exterior, o projeto de lei fixa uma tributa  o de 15% sobre os rendimentos desses fundos entre R\$ 6 mil e R\$ 50 mil, e de 22,5% para aplica  es acima de R\$ 50 mil. A varia  o cambial de moeda estrangeira do investimento não será cobrada para ganhos de até US\$ 5 mil.

JCP NÃO SÃO INCLUÍDOS

O relator chegou a cogitar a inclusão do fim dos juros sobre capital próprio (JCP) no mesmo projeto de lei dos super-ricos, mas não houve acordo. O JCP    uma forma de distribuir lucro a acionistas, que deduz esse valor do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. O fim da modalidade tem enfrentado resistência de empresários, que pressionam os deputados nos bastidores. Por isso, o governo aceitou discutir uma forma de ajuste na dedu  o desse ganho, e não necessariamente o fim completo dele.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeto das offshores pode ser votado no dia 17

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Os líderes da base governista na Câmara dos Deputados decidiram, contrariando as expectativas da semana passada, votar na terça-feira (17) o projeto de lei da tributação dos investimentos offshores (fora do país) e dos fundos exclusivos (com poucos cotistas), parte importante da agenda fiscal do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A votação será conduzida pelo vice-presidente da Câmara, Marcos Pereira (Republicanos-SP), já que o presidente Arthur Lira (PP-AL) está em missão fora do país.

Até então, a expectativa era de que o projeto ficasse parado e só tivesse o debate retomado a partir do dia 24, quando Lira e alguns líderes de partidos (como do PT, PDT, União e MDB) voltariam de viagem. Mas os parlamentares decidiram em reunião nessa terça-feira que há apoio para votar a proposta antes e encaminhá-la ao Senado. Apenas PL e Novo ficaram contra a antecipação e disseram que vão tentar obstruir e impedir a aprovação.

Uma reunião com o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), relator do projeto, está marcada para terça-feira, às 10h, para discutir mudanças no parecer com os partidos.

Por ora, está descartada a possibilidade de reinclusão de alterações no mecanismo de Juros sobre Capital Próprio (JCP), utilizado pelas grandes empresas para remunerar seus acionistas.

Uma das principais demandas por alteração é na isenção dos Fundos de Investimentos Imobiliários (FIIs) e do Fundo de Investimento em Cadeias Agroindustriais (Fiagro). Hoje seus investidores não pagam Imposto de Renda se eles forem negociados em bolsa, tiverem mais de 50 cotistas e nenhum deles possuir mais de 10% de participação. A proposta do governo era exigir 500 cotistas para manter essa isenção, mas o relator, num acordo com o mercado, vai propor um piso de 300 participantes.

A bancada ruralista, contudo, posicionou-se contra mudanças no Fiagro e quer excluí-las do parecer para votar o projeto. Ao Valor, o vice-líder do Republicanos, deputado Gilberto Abramo (MG), defendeu que os fundos imobiliários tenham um prazo de adaptação. "Ao invés de exigir 300 cotistas já em janeiro,

precisamos estabelecer um tempo para que se ajustem. Como, por exemplo, 100 cotistas no primeiro ano, 200 no segundo e a partir do terceiro ano, 300", disse.

Para viabilizar a aprovação, Pedro Paulo já mudou um dos principais pontos do projeto e reduziu a taxaço do atual estoque dos fundos exclusivos e dos investimentos feitos por brasileiros no exterior. O governo queria que os valores atuais fossem taxados em 10% de Imposto de Renda, mas o relator reduziu para 6% (no caso dos fundos exclusivos, essa quantia ainda poderá ser parcelada em 24 meses). A redução era defendida por Lira. Já a alíquota para os lucros futuros foi mantida de acordo com a proposta do governo e variará de 15% a 22,5%, dependendo do prazo e valor do investimento.

Já o Centro de Liderança Pública (CLP) defende que a arrecadação esperada pelo governo pode se tornar na verdade uma perda de R\$ 4 bilhões a R\$ 13,5 bilhões por ano por causa da saída dos ricos para outros países. Foi o que ocorreu, diz a instituição, quando França e Noruega criaram **impostos** sobre fortunas. "Esses casos indicam que **política de impostos** mais elevados podem resultar na migração de indivíduos de alta renda, com potenciais implicações negativas para a arrecadação fiscal", diz o estudo.

As divergências em torno do projeto, num momento em que Lira e os representantes de diversos grandes partidos da base aliada estão fora do país, podem levar a novo adiamento, alertam técnicos. Caso isso ocorra, o projeto das offshores trancará a pauta e impedirá a votação de outras propostas em plenário.

Se isso ocorrer, a Câmara deve realizar uma comissão-geral de debates no plenário para ouvir o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino. "Há quase cem requerimentos para ouvi-lo em diversas comissões. Vamos fazer esse debate sobre a segurança pública no plenário e expor o que estamos fazendo nessa área", disse um dos vice-líderes do governo, deputado Rogério Correia(PT-MG). A alternativa de fazer o debate em plenário é uma saída para evitar punições a Dino por faltar a uma audiência na Comissão de Segurança Pública ontem, apesar de convocado.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187685?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187685?page=1§ion=1)**

FMI vê desaceleração e crescimento frágil

Rosana HesselRafaela Gonçalves

O Fundo Monetário Internacional (FMI) atualizou as projeções econômicas e fez um alerta sobre os desafios para o crescimento global, indicando que a tendência é de desaceleração de forma generalizada. Conforme dados do relatório Panorama Econômico Global, divulgado ontem durante evento do FMI e do Banco Mundial em Marrakech, Marrocos, o Produto Interno Bruto (**PIB**) mundial deverá crescer 3% em 2023, abaixo dos 3,5% do ano passado.

A estimativa não mudou em relação à previsão anterior, de julho, mas, para 2024, o Fundo reduziu de 3% para 2,9% a expectativa de avanço do **PIB** global. Além disso, o organismo multilateral fez um alerta para os riscos da **inflação** em diversos países, que continuará acima das metas até 2025, o que exigirá juros elevados por mais tempo, reduzindo a capacidade de crescimento das economias.

"Temos uma economia global que continua se recuperando da pandemia e da guerra na Ucrânia, mas com um crescimento que frágil em comparação com os dados históricos", afirmou o economista-chefe do Fundo, Pierre-Olivier Gourinchas, em entrevista a jornalistas.

De acordo com o organismo multilateral, o Brasil crescerá 3,1%, neste ano, acima da projeção de 2,1% feita em julho. Para 2024, a expectativa passou de 1,3% para 1,5%.

O relatório do FMI foi elaborado antes da eclosão da guerra entre Israel e o grupo terrorista Hamas. Na entrevista, Gourinchas foi cauteloso ao comentar os efeitos do conflito na economia. No entanto, mencionou o aumento dos preços do petróleo como um complicador. Segundo ele, uma alta de 10% nos preços do petróleo reduziria o crescimento do **PIB** mundial em 0,15% e elevaria a **inflação** global em 0,4%. Desde o início do conflito, no último sábado, o barril do petróleo tipo Brent subiu 4%.

Contas públicas

Também em Marrakech, o presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, alertou que os países devem prestar mais atenção às contas públicas para evitar novas turbulências diante de um cenário de maior incerteza global, com tensões geopolíticas e juros elevados para conter pressões inflacionárias.

"Os governos precisam começar a abordar a questão fiscal. Estamos bem coordenados na política monetária, mas não na política fiscal. Isso está começando a afetar até as economias desenvolvidas", disse ele, durante o 2023 Global Meeting, evento organizado pelo Emerging Markets Forum.

O chefe da autoridade monetária lembrou que o aumento do endividamento global, após a pandemia da covid-19 e a elevação das taxas de juros ao redor do mundo, está começando a impactar as economias mais desenvolvidas, como os Estados Unidos.

"Se não formos capazes de resolver isso de forma que as pessoas olhem para o futuro e vejam que teremos um equilíbrio, pelo menos a médio prazo, pode haver um distúrbio nos mercados antes de alcançarmos o processo de desinflação", destacou.

Dívidas privadas

O presidente do BC chamou a atenção, ainda, para o endividamento do setor privado, que, segundo ele, pode ter dificuldade de sustentar pagamentos com os juros globais em patamares elevados. "A liquidez pode secar, e há um risco grande, que não estamos seguindo de perto, que é a dívida privada", afirmou.

Para Campos Neto, o Brasil está melhor do que outras nações, com revisões para cima nas perspectivas de crescimento e aprovação do novo arcabouço fiscal.

Ele mencionou também o impacto sobre o preço do petróleo em meio ao conflito entre Israel e o grupo terrorista palestino Hamas, e chegou a brincar: "Não podemos mais passar seis meses sem uma crise". Além disso, destacou o alto custo de transição energética, incerteza no mercado de energia com as questões geopolíticas, além dos efeitos das mudanças climáticas sobre os preços dos alimentos, citando o impacto das chuvas na produção de arroz na Região Sul.

"Daqui para a frente, de onde vai vir a desinflação? O petróleo vai ficar mais caro, a transição verde custa dinheiro, a produtividade não está aumentando, acho que está diminuindo", questionou. "O processo de desinflação pode parar em níveis mais altos globalmente? Se for verdade, o que vai acontecer? Viveremos com altas taxas de juros por mais tempo? O que isso vai significar para a economia emergente?", emendou.

O presidente do BC continua em Marrakech para a reunião anual do FMI, que começa hoje e vai até a sábado. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarcou ontem para o encontro para representar o Brasil. Na agenda, Haddad terá nove encontros bilaterais para tratar de comércio e preparar a cúpula do G20, que será realizada no Brasil em 2024, após o país ter assumido a presidência do grupo.

Inflação

O FMI prevê que a **inflação** global deve diminuir de 8,7%, em 2022, para 6,9%, em 2023, e para 5,8%, em 2024. "Não se espera que a **inflação** regresse às metas até 2025 na maioria dos casos", alertou o relatório. "A **inflação** está diminuindo, mas de forma menos rápida, e a **inflação** subjacente [que exclui alimentos e energia] é persistente. As projeções antecipam cada vez mais uma aterrissagem que não será suave", afirmou Gourinchas.

Crédito: Caixa bate recorde

A Caixa Econômica Federal bateu recorde na concessão de crédito imobiliário no terceiro trimestre deste ano. Ao todo, de julho a setembro de 2023, foram liberados R\$ 51,3 bilhões em financiamentos para aquisição da casa própria, o melhor trimestre da série histórica.

O banco atribuiu a melhora as recentes mudanças no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), com o aumento do valor do imóvel financiado com recursos do FGTS de R\$ 264 mil para R\$ 350 mil, a ampliação o valor da renda familiar da Faixa 1, de R\$ 2.400 para R\$ 2.640, e a redução da taxa de juros.

"É o melhor momento da Caixa na concessão de financiamentos imobiliários. Temos trabalhado para ofertar à população que mais precisa do banco condições mais vantajosas, seja na habitação social ou nas demais modalidades de crédito. Esse resultado expressivo é fruto dessa dedicação", destacou a presidente da Caixa, Maria Rita Serrano.

Segundo o economista Otto Nogami, professor do Insper, a reformulação do programa ofereceu condições mais facilitadas, o que impulsionou os financiamentos.

"Entre as mudanças, estão a redução dos juros e o aumento do subsídio e do valor máximo do imóvel comprado. O subsídio é uma parte do financiamento concedido pela União através do programa habitacional", destacou.

O teto do subsídio para as famílias nas faixas 1 e 2 aumentou de R\$ 47,5 mil para R\$ 55 mil. Nogami ponderou que vários fatores econômicos ainda podem influenciar o desempenho do setor imobiliário e mencionou a recente redução na taxa básica de juros (Selic), atualmente em 12,75% ao ano. "Quando a Selic cai, empréstimos e financiamentos também ficam mais baratos, o que pode aumentar o consumo de bens caros, como os imóveis", destacou. (RG)

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5141/11-10-2023.html?all=1>

FMI eleva projeção de crescimento do Brasil de 2,1% para 3,1% este ano

ALINE BRONZATI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou ontem nova elevação da perspectiva de crescimento do Brasil neste ano, que deve avançar 3,1% - ante 2,1% pela estimativa anterior, divulgada em julho. Se o organismo estiver certo, o primeiro ano da gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva será melhor do que o último do governo de Jair Bolsonaro. Em 2022, o País cresceu 2,9%.

"A revisão em alta para 2023 desde julho reflete um crescimento mais forte do que o esperado no Brasil, impulsionado pela agricultura dinâmica e serviços resilientes no primeiro semestre de 2023", justificou o FMI, acrescentando que "o consumo também permaneceu forte, apoiado por medidas de estímulo fiscal".

O FMI também melhorou a projeção do Produto Interno Bruto (**PIB**) do Brasil para 2024, mas, ainda assim, vê a economia crescendo menos do que neste ano. O Fundo espera que o **PIB** apresente avanço de 1,5%, ante a previsão anterior de 1,2%. As novas projeções constam do relatório Perspectiva Econômica Mundial (WEO, na sigla em inglês), divulgado ontem, às vésperas da reunião anual do Fundo, que acontecerá em Marrakesh (Marrocos).

INFLAÇÃO. O cenário desenhado pelo FMI coloca o Brasil em ritmo superior ao do crescimento esperado para a economia global neste ano, de 3%, mas abaixo do previsto para o conjunto de países emergentes e em desenvolvimento, de 4%. Economias como China, Índia e México devem crescer em ritmo superior ao do Brasil na visão do Fundo. No longo prazo, porém, o País deve seguir crescendo de forma tímida.

O Fundo prevê alta de 2% do **PIB** nacional em 2028.

O FMI projeta queda da **inflação** no Brasil em 2023, ficando em 4,7%, ante 9,3% em 2022. E também no próximo ano, em 4,5%. "A recente decisão do Brasil de adotar uma meta contínua (em vez de ano-calendário) de **inflação** de 3% a partir de 2025 é um exemplo concreto de uma melhoria na eficácia operacional e na estratégia de comunicação, ajudando a reduzir a incerteza e a aumentar a eficácia da política monetária", diz o FMI, no relatório.

Durante fórum voltado a mercados emergentes, ontem em Marrakesh, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que o Brasil está se saindo bem no que chamou de transição das políticas monetária e fiscal. "O Brasil está indo bem nessa transição, teve boas revisões de crescimento, o novo arcabouço fiscal aprovado." "PERTURBAÇÃO". Segundo ele, se os gastos públicos não forem monitorados com cuidado nesse processo de desinflação os mercados podem sofrer disrupções antes mesmo de a batalha contra a **inflação** ser concluída. "Os governos precisam começar a endereçar os aspectos fiscais. Nós estamos supercoordenados na política monetária, mas não na fiscal." Essa falta de coordenação, observou, começa a afetar as economias avançadas. "Se isso não for resolvido, podemos ter uma perturbação nos mercados antes mesmo de o processo de desinflação ser concluído", disse, lembrando que os elevados montantes de dívidas nas economias avançadas já estão cobrando o seu preço nos mercados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Emergentes cobram maior volume de créditos

Representantes dos países emergentes, reunidos no âmbito do G24, cobraram ontem medidas para aumentar o volume de financiamento disponível às nações em desenvolvimento.

Além das incertezas do cenário econômico global e das condições de financiamento externo restritivas, essas economias convivem ainda com elevados níveis de dívida e inflação alta.

Diante desse cenário, pediram a atribuição de novos Direitos de Saque Especiais (SDR, na sigla em inglês), a moeda de reserva do Fundo Monetário Internacional (FMI), e também a reforma dos instrumentos de financiamento de curto prazo do Fundo.

O encontro do G24 ocorreu no âmbito das reuniões anuais do FMI e do Banco Mundial, que acontecem esta semana em Marrakesh.

O G24 pediu ainda que o Fundo continue a ser uma instituição baseada em cotas, a fim de reforçar a voz e a representação dos mercados emergentes e das economias em desenvolvimento.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Dólar cai 1,44%, a R\$ 5,05, com alívio no exterior

LETYCIA CARDOSO

Depois da alta dos últimos dias, o dólar comercial recuou ontem 1,44%, a R\$ 5,0562, enquanto o Ibovespa subiu 1,37%, aos 116.737 pontos.

O otimismo do mercado foi motivado por declarações de membros do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) de que a taxa de juros do país está em nível suficientemente restritivo para fazer a **inflação** voltar à meta de 2%. Com isso, mais de 85% dos analistas já esperam que os juros sejam mantidos na próxima reunião, em novembro, segundo a ferramenta do CME Group.

O rendimento dos Treasuries (títulos do Tesouro americano) de dez anos caiu 0,18 ponto percentual, para 4,62%. Em Nova York, o índice Dow Jones avançou 0,40%, o S P 500 subiu 0,52%, e a Nasdaq ganhou 0,58%.

- Nas últimas semanas, os Treasuries subiram bastante, atingindo recordes de mais de 15 anos, o que prejudicava os investimentos em ativos de risco. Porém, nesta semana, os Treasuries vêm apresentando correção, e os juros futuros brasileiros seguem o movimento - explica Elcio Cardozo, sócio da Matriz Capital. - Essa queda dos juros futuros em ambos os países favorece a performance das demais moedas frente ao dólar.

GANHO PARA VAREJISTAS Outro fator contribuiu para a valorização do real: a expectativa de novos estímulos econômicos na China.

- Se a economia da China voltar a ter fôlego, os chineses vão acabar comprando mais commodity da gente. Isso é positivo para a nossa balança comercial, pois acaba entrando muito capital estrangeiro no Brasil, o que puxa o dólar para baixo - diz Ben-Hur Abed, assessor de investimentos da Ável.

A divisa, no entanto, não deve ficar abaixo de R\$ 5 - valor projetado pelo mais recente Boletim Focus para o dólar no fim do ano -, avalia Diego Costa, head de câmbio para Norte e Nordeste da B T Câmbio. Isso só será possível, segundo ele, se os próximos indicadores econômicos dos EUA apontarem uma **inflação** mais perto da meta. Esta semana serão divulgados o índice de preços ao consumidor e a

pesquisa de confiança do consumidor da Universidade de Michigan.

A taxa DI para janeiro de 2026 passou de 10,670% a 10,560%. Já aquela com vencimento em janeiro de 2030 caiu de 11,520% para 11,400%. O movimento beneficiou ativos ligados à economia doméstica. Entre as varejistas, Magalu ganhou 6,99%, a R\$ 1,99, enquanto Renner subiu 2,52%, a R\$ 13.

No setor de construção, MRV teve alta de 2,16%, a R\$ 9,48, e Cyrela avançou 3,46%, a R\$ 19,73.

O barril do petróleo tipo Brent recuou 0,5%, a US\$ 87,65, com a menor aversão a risco no conflito entre Israel e o Hamas. Segundo Bruno Komura, analista da Potenza Capital, o confronto começa a ser visto mais como uma questão humanitária do que econômica.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Mubadala planeja destinar R\$ 5 bilhões por ano ao Brasil

O Mubadala Capital, braço de investimentos do fundo soberano de Abu Dhabi, está otimista com as perspectivas de crescimento do Brasil sob o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e planeja investir mais de US\$ 1 bilhão (cerca de R\$ 5 bilhões) por ano para expandir suas participações no país, que hoje vão desde uma refinaria de petróleo até uma rodovia.

Mais de uma década depois de chegar ao Brasil para investir no império de commodities do então bilionário Eike Batista, a empresa já investiu mais de US\$ 5 bilhões (em torno de R\$ 25 bilhões) no país, contou Oscar Fahlgren, CEO do Mubadala Capital no Brasil, em entrevista à Bloomberg. A escala e o potencial de retorno do país o tornam o local mais atraente da América do Sul, disse ele.

- O **PIB** está crescendo mais do que o esperado, e temos visto estabilidade política desde que o novo governo assumiu - comentou o executivo, durante uma chamada de vídeo. - O clima na comunidade internacional está favorecendo o Brasil, e esse é, em última análise, um ambiente benéfico para se estar.

Fahlgren disse ainda que a empresa acaba de concluir um segundo fundo específico para o Brasil com mais de US\$ 710 milhões (cerca de R\$ 3,5 bilhões), mais do que o dobro do primeiro, e deve começar a levantar capital para um outro ainda maior em 2024.

DE VAREJO A LIGA DE FUTEBOL O Mubadala Capital tem US\$ 20 bilhões (em torno de R\$ 100 bilhões) sob sua gestão, dos quais cerca de dois terços vêm de investidores externos. O fundo continua a buscar oportunidades no país. As próximas etapas podem incluir companhias de varejo com problemas de capital, uma nova Bolsa de Valores para competir com a B3 ou até mesmo uma nova liga de futebol a ser estabelecida no Brasil.

A entrada dos Emirados Árabes Unidos no Brics (grupo de cooperação de economias emergentes) provavelmente aumentará os fluxos de capital entre os países membros, disse Fahlgren, acrescentando que a turbulência no resto do mundo torna o Brasil um destino de investimento ainda mais atraente.

O Mubadala Capital tem se concentrado em ativos em dificuldades, com avaliações atraentes que possam

ser revertidas.

Seu portfólio inclui a rodovia pedagiada Rota das Bandeiras, em São Paulo, e a produtora de etanol Atvos, ambas adquiridas da Novonor, antiga Odebrecht.

O grupo também é proprietário da Acelen, holding de energia do Mubadala Capital criada para administrar a primeira refinaria privatizada do país, Mataripe, na Bahia.

APOSTA EM BIOCOMBUSTÍVEL O Mubadala Capital e a Petrobras assinaram recentemente um acordo para estudar uma unidade de biocombustíveis na Refinaria de Mataripe para diesel renovável e querosene de aviação, que poderia se tornar um dos maiores produtores de combustível renovável do planeta, comentou Fahlgren.

Algumas autoridades pediram que a Petrobras compre de volta a Refinaria de Mataripe. Fahlgren não quis comentar se há alguma negociação em andamento.

-Somos uma empresa internacional de investimentos.

Em princípio, sempre aceitamos conversar sobre todo e qualquer ativo nosso, se isso fizer sentido para nossos investidores e para nós como empresa - disse ele.

No campo da energia verde, o Mubadala Capital também está expandindo a produção da Atvos e explorando a adição de outros biocombustíveis, incluindo combustível de aviação sustentável, ao seu portfólio atual.

- Tiramos a empresa da recuperação judicial, liberando seu potencial de crescimento, e estamos investindo pesadamente na expansão - contou Fahlgren.

"O clima na comunidade internacional está favorecendo o Brasil, e esse é, em última análise, um ambiente benéfico para se estar" Oscar Fahlgren, CEO do Mubadala Capital no Brasil

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Renda disponível das famílias aumenta e sustenta a atividade

Anaïs Fernandes

O crescimento de agregados de renda importantes para a economia ajuda a explicar a força e a surpresa com o desempenho da atividade e, especificamente, do consumo das famílias brasileiras no ano, como o próprio Banco Central tem destacado, ao se preocupar com os impactos do movimento sobre a inflação.

Fernando Montero, economista- chefe da Tullett Prebon, observa que a Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias (RNDDBF) e sua versão restrita, divulgadas pelo BC, crescem, em termos reais (descontada a inflação), na casa de 7% ou até mais em 2023, em relação ao mesmo período do ano passado: 7,7% no trimestre móvel até agosto, 7,9% no acumulado do ano e 9,1% em 12 meses até agosto, no conceito restrito, destaca Montero.

São taxas muito elevadas em agregados que ocupam fatias enormes - mais da metade - do PIB, diz Montero.

Os agregados do BC consideram a remuneração do trabalho, benefícios previdenciários, transferências de programas sociais e outras fontes, como aluguéis e aplicações financeiras - a RNDDBF restrita exclui esses "outros".

A diferença para o cálculo da Tendências Consultoria de massa de renda total das famílias, por exemplo, é que o BC considera a renda efetivamente recebida, enquanto a Tendências usa a renda habitual, explica Alessandra Ribeiro, sócio e diretora da Tendências.

Além disso, diz, o BC calcula a renda disponível, ou seja, descontados os impostos.

"Mas a direção dos movimentos é a mesma, de números bem substanciais para o ano", afirma Ribeiro.

A Tendências espera um crescimento de 6,2% da massa total em 2023, vindo já de 6,5% em 2022.

Na ata de sua última reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central listou a "elevação da renda disponível" como um dos motivos para o crescimento ter se mostrado mais resiliente nos últimos trimestres.

Uma possibilidade, disse, "é que a elevação de renda disponível, seja em função do dinamismo do mercado de trabalho, da queda de preços de alimentos ou de programas de transferência de renda, também tenha fornecido algum suporte para o consumo".

O Copom se deteve sobre esse tema, identificado como "muito relevante", segundo a ata.

Ainda que a elevação dos programas de transferência de renda já estivesse embutida nas projeções dos economistas desde a campanha eleitoral do ano passado, a mudança de percepção, entre os beneficiários, de um auxílio temporário para um suporte permanente é uma das nuances que podem explicar a surpresa com o consumo, diz Marco Caruso, economista- chefe da equipe do Pic- Pay (antes Original).

"Nesse mesmo escopo, dados do Ipea mostram que a desinflação tem sido maior para a baixa renda, que tem maior propensão a consumir", afirma Caruso.

Montero também destaca o processo de desinflação, em um regime de rendimentos indexados como no Brasil. Em São Paulo, por exemplo, o valor da cesta básica, calculada pelo Dieese, caiu pelo quinto mês seguido, 1,83% em setembro. Ela está 2,13% mais barata que um ano atrás, para um salário mínimo 8,9% maior, observa Montero.

"Desinflação de comida com inflação de serviços pode ser indiferente para classe média, mas faz diferença para camadas humildes que gastam na comida e ganham nos serviços", afirma.

Contribui ainda mais para o cenário de alimentos, segundo ele, o fato de o IBGE ter elevado, de novo, sua estimativa para a safra brasileira neste ano. Agora, ela deve subir quase 21%, ante a safra já recorde de 2022. "O aumento de grãos deste ano excede um quarto de tonelada por brasileiro", nota Montero.

O Copom destacou "que a conjectura de um crescimento sustentado pela elevação da renda é corroborada pela resiliência no consumo de serviços das famílias" e discutiu, consequentemente, o possível impacto que poderia ocorrer sobre a inflação de serviços no caso de um crescimento sustentado pela

renda e pelo consumo.

Tanto no ano passado quanto neste, a renda do trabalho deve ter uma contribuição importante para a massa total, mas, diferentemente de 2022, em 2023 isso se dará mais pelo avanço dos salários do que pelo aumento da ocupação, diz Ribeiro, da Tendências.

"Acho que isso explica a resiliência da atividade quando olhamos para o consumo de bens e serviços e é, sim, um limitador para uma desaceleração mais forte da inflação de serviços", acrescenta.

Para Caruso, considerando a baixa taxa de desemprego atual, era para os salários terem crescido mais. "Tenho sido surpreendido positivamente com a inflação dos serviços subjacentes [mais ligados ao ciclo econômico]. Não sei quanto isso vai durar. Talvez, em uma janela maior de tempo, seja uma preocupação válida." Nos próximos meses e, sobretudo, em 2024, a expectativa é que o mercado de trabalho perca tração, afetando a ocupação e os salários, diz Ribeiro. Com isso, ela afirma esperar que o crescimento da massa de renda total desacelere para 2,9% no ano que vem. O **PIB** e o consumo das famílias, que devem crescer 2,6% cada em 2023, também desacelerariam para 1,5% e 1,2%, respectivamente, em 2024.

"Enquanto a carga das rendas tende a esmorecer no tempo, a carga contracionista dos juros tende a aumentar", diz Montero.

Em um novo relatório intitulado, em tradução livre, "O que está por trás da resiliência econômica recente do Brasil?", a Capital Economics diz acreditar que a resposta principal para sua pergunta está na dinâmica do emprego.

Embora William Jackson, economista- chefe para mercados emergentes, diga não esperar que o crescimento forte recente da renda e do consumo se sustente, "é provável que continue em um nível que manterá o núcleo da inflação acima da meta", afirma.

"São taxas muito elevadas em agregados enormes no PIB" Fernando Montero

Site:

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187685?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187685?page=1§ion=1)

A economia global está claudicante (Artigo)

Martin Wolf

Martin Wolf é editor e principal analista econômico do Financial Times

Os últimos quatro anos trouxeram consigo três choques enormes: a covid; a desestabilização pós-covid dos suprimentos; e a invasão da Ucrânia pela Rússia, com as subsequentes disparadas dos preços das commodities. Será que esta série de grandes choques agora acabou? O ataque mortal a Israel e o conflito em Gaza sugerem que a resposta pode ser "não". As recentes turbulências nos mercados de bônus são outra marca de persistente falta de previsibilidade.

Diante disso, a análise cuidadosamente preparada da mais recente "Perspectiva Econômica Mundial" do Fundo Monetário Internacional (FMI) pode já estar um pouco desatualizada. No entanto, ela é, como sempre, muito proveitosa. O que ela nos diz é ao mesmo tempo estimulante e perturbador. A economia mundial se mostrou resiliente, mas seu desempenho se deteriorou no mais longo prazo, associado a uma divergência de desempenho entre países ricos e pobres com relação às expectativas.

Começamos pela resiliência. Seguem-se três desdobramentos estimulantes: o FMI não teve necessidade de fazer quaisquer alterações significativas às suas previsões de abril; a turbulência financeira do primeiro trimestre do ano - com o colapso dos bancos regionais americanos e do Credit Suisse - se dissipou; e, o que é mais importante, há crescentes evidências de que a inflação poderá ser reduzida à meta sem recessões. Portanto, a desinflação pode se revelar mais "imaculada" do que eu tinha previsto.

A "Perspectiva Econômica Mundial" (PEM) observa que os mercados de trabalho continuam sólidos em muitos países de alta renda, sem "espirais salários-preços" comprovadas. Há evidências, também, de "compressão salarial", com a expansão dos salários mais baixos em relação aos mais altos. A PEM sugere que isso talvez se deva ao valor representado pela comodidade do trabalho flexível e remoto para trabalhadores qualificados, que estão preparados para trabalhar em casa por menores salários.

No entanto, persistem significativos riscos de curto prazo. Um deles é o de que a crise imobiliária chinesa se agrave, e muito.

Outro é a possibilidade de nova volatilidade nos preços das commodities.

Outro ainda é o enfraquecimento do consumo com o esgotamento das poupanças da era da covid, principalmente nos EUA. E mais outro é que a inflação se mostre mais resiliente do que o previsto: o fato de parecer possível baixar a inflação sem uma recessão não é motivo para abandonar esse esforço prematuramente.

Finalmente, a política fiscal vai se revelar mais fortemente apertada neste novo mundo.

Isso significa, especialmente, que os países em desenvolvimento enfrentam dificuldades com dívidas onerosas. Novos choques financeiros parecem prováveis.

Além disso, e infelizmente, resiliência não implica um bom desempenho.

Assim, em 2023, a produção mundial será cerca de 3% mais baixa do que se previu antes da pandemia. E, o que é pior, essas perdas são pequenas nos países de alta renda: nos EUA, chega a haver até um ligeiro ganho. Mas, nos países emergentes e em desenvolvimento o impacto foi mais adverso.

Isso reflete a capacidade muito maior dos países de alta renda de lidar com choques, em relação aos mais pobres, que não conseguem criar vacinas ou tomar dinheiro emprestado em condições baratas.

Assim, a pandemia, a guerra na Ucrânia e os choques climáticos reverteram décadas de tendências de redução da pobreza: segundo o Banco Mundial, em 2022, viviam em extrema pobreza 95 milhões de pessoas a mais do que em 2019.

Esse desempenho econômico precário e divergente tem de ser colocado em um contexto de mais longo prazo. A PEM observa que houve uma queda de 1,9 ponto percentual nas perspectivas de crescimento global de médio prazo de 2008 a 2023. A queda é geral.

Mas é especialmente significativa no caso dos países em desenvolvimento.

O número de anos previsto como necessário para que países emergentes e em desenvolvimento fechem metade da diferença de renda per capita que os

separa das economias de alta renda aumentou significativamente, e partir dos 80 anos, das projeções do relatório do FMI de abril de 2008, para os cerca de 130 anos, das projeções de abril de 2023. Paralisa-se o curso da história auspiciosa da convergência econômica.

Teremos mais dificuldades de longo prazo pela frente. Uma delas é o clima: o mundo vivenciou seu setembro (verão, no hemisfério Norte) mais quente de todos os tempos no mês passado, após ter ultrapassado o recorde anterior em "extraordinário" 0,5°C. Além disso, se as taxas de juros reais vão subir permanentemente, como acreditam alguns, as condições para os investimentos e para o crescimento de longo prazo também se deteriorarão permanentemente, exatamente num momento em que é necessária uma enorme disparada dos investimentos para enfrentar os desafios do clima e alcançar as metas mais amplas de desenvolvimento. O fraturamento da economia mundial, com o crescente protecionismo e a intensa competição geoestratégica, tende a intensificar tudo isso. No pior dos casos, as cicatrizes dos últimos anos vão se revelar não apenas irreversíveis como também prenúncios de um desempenho permanentemente prejudicado.

Em última análise, estes são todos essencialmente problemas políticos, o que constitui outra maneira de dizer que são quase insolúveis.

Temos os recursos e a tecnologia necessários para administrá-los. Não há bons motivos para tantas pessoas viverem em circunstâncias tão terríveis. Também não há motivos para deixarmos de enfrentar o clima e outros desafios ambientais. Mas, para fazer isso temos de reconhecer nossos interesses comuns, a necessidade de ação coletiva e a iminência do que imaginávamos, até recentemente, serem possibilidades remotas.

Coletivamente somos ruins em pensar e agir de maneira sensata e, neste exato momento, estamos piorando, uma vez que vêm a nu o caos em Washington, as más escolhas de política pública na China, a guerra criminosa movida pela Rússia contra a Ucrânia, o fracasso em alcançar qualquer tipo de paz entre Israel e os palestinos e a incapacidade de evitar algumas das consequências dos recentes choques para os países pobres.

Nas reuniões anuais em Marrakesh, os formuladores de políticas públicas precisam pactuar um enorme aumento dos recursos para o FMI e o Banco Mundial.

Quase todo mundo sabe disso.

Será que vai acontecer? É preciso ter dúvidas quanto

a isso. Mas deveria.

Chegou a hora de a humanidade crescer um pouco. (Tradução de Rachel Warszawski).

Coletivamente somos ruins em pensar e agir de maneira sensata e, neste exato momento, estamos piorando, com o caos em Washington, a guerra criminosa movida pela Rússia contra a Ucrânia, o fracasso em alcançar qualquer tipo de paz entre Israel e os palestinos

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231010/>

Para BC, cena externa está mais desafiadora

Larissa Garcia

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que o cenário internacional está ainda mais desafiador para países emergentes e, ao repetir que o processo de queda da inflação tem dois estágios - o segundo e atual, mais lento - questionou quais serão os fatores que vão contribuir para essa desaceleração a partir de agora.

Ele enfatizou que os comentários eram focados na América Latina e que o Brasil tem se saído melhor que seus pares.

"Daqui para frente, de onde vai vir a desinflação [em países emergentes]? O petróleo vai ficar mais caro, a transição verde custa dinheiro, a produtividade não está aumentando, acho que está diminuindo", disse, em evento do Emerging Markets Forum, em Marrakesh, no Marrocos. "No fim, olhamos quanto vai custar essa desinflação. Quando olhamos em volta, não vemos muitos sinais positivos", ponderou.

Campos citou dificuldades geopolíticas e a transição energética, que se provou "mais complexa" e "mais cara". Segundo ele, com todos os desafios climáticos, o preço de alimentos deve ficar mais alto. "Isso significa que teremos taxas de juros mais altas em economias avançadas e isso significa um dreno de liquidez para emergentes. O prêmio fiscal pode ser afetado em algum momento e pode aumentar", acrescentou.

Depois, o executivo reforçou que não estava focando no Brasil quando citou esses riscos para economias emergentes e ressaltou que as dívidas dos países ficaram muito altas após a pandemia de covid-19, especialmente em economias avançadas.

"Meu ponto era apenas que deveríamos começar [a endereçar o problema fiscal] globalmente e especialmente em países avançados, porque acho que o Brasil neste front está melhor, tivemos revisões positivas para o crescimento e o arcabouço fiscal que foi desenhado recentemente, mas o custo do funding [captação] é importante", ponderou.

"Estamos vendo que o mais provável é que os juros fiquem altos por mais tempo, o que significa um custo alto de dívida.

Isso pode ser disfuncional para mercados emergentes, esse era meu ponto", complementou.

Campos voltou a dizer que a política monetária é muito coordenada entre países, mas o fiscal não é. "Podemos ter uma ruptura nos mercados antes de chegarmos ao processo de desinflação."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231010/>